



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



**Hábeas Corpus nº:** 0300336-1/  
**Comarca Origem:** 4ª Vara de Entorpecentes da Capital  
**Impetrante:** Yolanda Alexandrino da Silva e OUTRO  
**Paciente:** Arthur da Costa  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

**PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PACIENTE ACUSADO TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. FEITO QUE CAMINHA DENTRO DA RAZOABILIDADE. INEXISTÊNCIA DE DESÍDIA DO PODER JUDICIÁRIO. NECESSIDADE DE ADIAMENTO DE AUDIÊNCIA DEVIDAMENTE JUSTIFICADA. ORDEM DENEGADA.** 1. O tempo firmado pela jurisprudência pátria para a conclusão da instrução não é rígido ou absoluto, podendo sofrer dilação, desde que de forma justificada. 2. Se o processo está tramitando de forma regular, tendo o Judiciário se pronunciado e impulsionado o feito sempre que necessário, não há que se em constrangimento ilegal por excesso de prazo. 3. Ordem denegada, a unanimidade de votos./

**ACÓRDÃO**

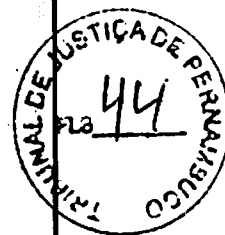
Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* nº **0300336-1**, em que figuram como impetrantes Yolanda Alexandrino da Silva e OUTRO, e como paciente **Arthur da Costa**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, **em denegar a ordem**, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 24 de 09 de 2013.

  
**Desembargador Mauro Alencar de Barros**  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



**Hábeas Corpus nº:** 0300336-1  
**Comarca Origem:** 4ª Vara de Entorpecentes da Capital  
**Impetrante:** Yolanda Alexandrino da Silva e OUTRO  
**Paciente:** Arthur da Costa  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

### RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus* liberatório impetrado por Yolanda Alexandrino da Silva e OUTRO em favor de **Arthur da Costa**, no qual é apontado como autoridade coatora o Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal dos Feitos Relativos a Entorpecentes.

Os impetrantes esclarecem que o paciente encontra-se preso, à disposição do Juízo *a quo*, desde 17/08/2012, sem que a instrução processual tenha sido concluída, haja vista que policiais militares, na qualidade de testemunhas do Ministério Público, não compareceram à audiência, restando caracterizado o **excesso de prazo**.

Pugnam, assim, em sede de liminar e no mérito, pela concessão da ordem, expedindo-se o competente alvará de soltura em favor do paciente.

Informações encaminhadas pelo Juízo *a quo* às fls. 27/28. Juntou documentos de fls. 29/31.

Parecer da douta Procuradora de Justiça, às fls. 35/39, **opinando pela denegação da ordem**.

É o que havia a relatar, no essencial.

Recife, 24 de 04 de 2013.

  
**Desembargador Mauro Alencar de Barros**  
**Relator**



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros



**Hábeas Corpus nº:** 0300336-1  
**Comarca Origem:** 4ª Vara de Entorpecentes da Capital  
**Impetrante:** Yolanda Alexandrino da Silva e OUTRO  
**Paciente:** Arthur da Costa  
**Relator:** Des. Mauro Alencar de Barros  
**Órgão Julgador:** 2ª Câmara Criminal

**VOTO**

Conforme relatado, pretendem os impetrantes a concessão da ordem, expedindo-se o competente alvará de soltura em favor do paciente, eis que, segundo sustentam, **há excesso de prazo na formação da culpa.**

De acordo com as informações oriundas do Juízo *a quo*, o paciente foi denunciado sob a imputação do **art. 33 da Lei nº. 11.343/06.**

Consignado pela autoridade apontada como coatora que o feito tramitava perante a 1ª Vara de Entorpecentes, mas foi redistribuído para aquele Juízo.

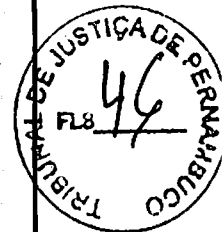
Em relação ao andamento do processo, salientado que, assim que ocorreu a redistribuição, foi designada audiência de instrução e julgamento, para o dia 05/02/2013, não concluída em face da ausência de duas testemunhas policiais; que nova data foi estabelecida, dessa vez para o dia 20/02/2013, também não realizada por razões devidamente justificada, eis que um dos policiais militar estava em licença médica; e que **a conclusão do processo já tem data definida, para o dia 03/05/2013.**

Diante das informações prestadas, e em consulta ao sítio desde Egrégio Tribunal, observo que, na verdade, o processo está **tramitando de forma regular**, tendo o Judiciário se pronunciado e impulsionando o feito sempre que necessário.

My



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Mauro Alencar de Barros**



Como ressaltado no parecer do Ministério Público (fls. 37/39), "em que pese a existência dos incidentes que causaram o retardo no andamento regular do feito, o mesmo não pode ser atribuído ao Magistrado que dentro de suas possibilidades tem envidado todos os esforços para dar andamento ao processo". Ademais "os adiamentos das audiências se encontram justificados, não havendo o que se falar em constrangimento ilegal".

Na verdade, o tempo firmado pela jurisprudência pátria para a conclusão da instrução não é rígido ou absoluto, podendo sofrer dilação, desde que de forma justificada.

Cabível ainda a adoção da Súmula 84 desta Egrégia Corte, que assim dispõe:

**"Os prazos processuais na instrução criminal não são peremptórios, podendo ser ampliados dentro do parâmetro de razoabilidade e diante das circunstâncias do caso concreto."**

Sendo assim, voto pela **denegação da ordem**.

É como voto.

Recife, 24 de 04 de 2013.

  
**Desembargador Mauro Alencar de Barros**  
**Relator**